

**NOVA IMAGEM**  
Crianças e adolescentes ganham espaço na mídia, diz Viviane Senna (foto), do Instituto Ayrton Senna F4



# EMPRESA & COMUNIDADE

# Prato cheio

R\$ 1,7 bilhão por mês seria suficiente para eliminar a fome no país, diz Fundação Getúlio Vargas; número de brasileiros abaixo da linha de pobreza pode chegar a 50 milhões

**P**elos números do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), são cerca de 23 milhões de indigentes no Brasil. O "Mapa do Fim da Fome", da Fundação Getúlio Vargas (FGV), estima em 50 milhões o número de pessoas sem renda suficiente para se alimentar adequadamente. O "Fome Zero", do Instituto Cidadania, fala em 44 milhões. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) calcula que em 10 em cada 17 dos cerca de 170 milhões de habitantes do país vivem em condições de miserabilidade.

Mudam os critérios de avaliação e, com eles, os resultados, o que gera polêmica. Mas não se discute o fato de que muitos passam fome no Brasil. O reflexo do consenso é observado na crescente mobilização da sociedade para, pelo menos, minimizar o problema.

O debate sobre quantos famintos o país possui pode ser comparado aos indicadores de inflação. Da mesma maneira que indicadores como IPC, IGP-M e IPCA registram índices diferentes, os diversos estudos sobre a fome chegam a resultados distintos. Sejam eles quais forem, sabe-se que já não mais se trata de um problema econômico ou tecnológico, como até meados do século passado.

A insuficiência de alimentos ou de técnicas capazes de gerá-los em quantidade e com qualidade explicava, aquela época, a existência de milhões de famintos. Hoje é possível produzir alimentos padronizados, em grande escala. "Tornou-se um problema político", resume Flávio Schuch, secretário-geral do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos).

Para Schuch, o país produz mais commodities do que alimentos. "Café, cacau, soja, laranja são plantados visando a exportação", diz. "Se a questão fosse prioridade nas agendas do governo e da sociedade, matariamos a fome da população e ainda venderíamos a outros países."

"O problema ainda é a renda mal distribuída", reforça Roberto Martins, presidente do Ipea, órgão do Ministério do Planejamento. Números do Banco Mundial mostram que, entre 94 países, o Brasil é o terceiro com maior grau de desigualdade, atrás apenas de África do Sul e Malawi. "A questão não é a disponibilidade de alimentos, mas a falta de dinheiro para comprá-los", diz Martins.

No ano passado, foi criado o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, com recursos estimados em R\$ 4 bilhões e planos para vigorar até 2010, com receitas orçadas da CPMF (0,08%) e de parte do IPI, além de doações. "É um avanço político, mas sem consistência para fazer frente ao problema", afirma Maurício Andrade, coordenador geral da Ação da Cidadania. "Basta comparar sua receita à utilizada no Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional) para salvar bancos, por exemplo".

A proposta é atender quem está abaixo da linha de pobreza. Mas que linha de pobreza? "Cada pesquisador usa a referência que preferir, é completamente arbitrário, trata-se de um conflito irredutível", argumenta Martins, do Ipea. Para ele, isso explica as diferenças entre os números apresentados pelo instituto que preside e instituições como a FGV.

Marcelo Côrtes Neri, economista-chefe do Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, pede uma padronização. "Está clara a necessidade de o governo adotar linhas oficiais de miséria, algo que os Estados Unidos fizeram em 1963". A ideia seria definir a renda que uma pessoa precisa para garantir sua necessidade diária de calorias, requisito mínimo para não estar na indigência. A Organização Mundial de Saúde estabelece 2.288 calorias por dia, mas outras instituições apresentam valores diferentes. "A discussão sobre quantos são os indigentes desvia a atenção do problema", alerta Neri.

Devido à capacidade de produção agrícola brasileira, para muitos tal quadro é inexplicá-

vel. Schuch, do Inesc, diz que em todas as sociedades os adultos trabalham e obtêm renda para alimentar seus filhos e os idosos. Ele acredita que se não for encarado dessa forma, o combate à fome será uma eterna questão de clientelismo e escravidão. "É preciso olhar o problema de outra forma. No Brasil há pessoas que acham R\$ 5 mil pouco, mas consideram muito pagar R\$ 500 à empregada", diz Schuch. "De que adianta fazer doações, se o filho dela não se alimenta?"

Pelos critérios do Ipea, em números de 1999, abaixo da linha de pobreza estão pessoas que dispõem de R\$ 68 a R\$ 126 por mês. O instituto dividiu o país em 26 linhas, de acordo com o custo de vida de diferentes regiões do Brasil. "Todo o indigente é pobre, mas nem todo pobre é indigente", afirma o presidente do instituto.

A Fundação Getúlio Vargas estipulou a linha de indigência em R\$ 80 mensais por pessoa — custo das 2.280 calorias diárias necessárias — vivendo na cidade de São Paulo, com variações para outras regiões do país. "Em nosso 'Mapa do Fim da Fome', concluímos que, em média, R\$ 15 doados mensalmente pelos cerca de 120 milhões de brasileiros não miseráveis erradicam o problema", diz Neri.

Assim, pelas estimativas da FGV, cada indigente receberia, em média, R\$ 35,81 por mês para chegar aos R\$ 80. Com R\$ 1,7 bilhão mensais seria possível eliminar a fome do país, "perfeitamente dentro do orçamento social dos três níveis de governo, 20,9% do PIB", frisa o estudo da FGV.

Schuch, do Inesc, levanta outra questão. "Quanto se gasta no SUS com tratamentos e internações por conta da alimentação rum

estavam inscritas em programas assistenciais.

Ziegler fará um relatório sobre a situação do país na questão da alimentação. O documento irá para a Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro, em Nova York. As declarações do sulco irritaram o presidente do Ipea. Segundo Martins, Ziegler concedeu entrevistas com teor totalmente diferente dos elogios que teria feito às iniciativas e resultados recentes e ele apresentados pelo governo.

Fato é que, sem dinheiro para comprar alimentos, muitos dos milhões de brasileiros que passam fome se mantêm vivos graças a doações. No entanto, as leis que regulamentam o ato de dar comida — principalmente se já estiver preparada — a quem tem fome inibem tais iniciativas. O doador corre o risco de ser responsabilizado caso o receptor da doação passe mal ou morra depois de comer. "Não há quem ateste a qualidade. A confiabilidade é o maior obstáculo, pois o consumo de alimentos inadequados pode ser letal", adverte o Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, João José Sady.

A saída legal para quem não deseja correr o risco de ser multado e sofrer processo criminal ou civil é jogar tudo fora. É o que faz a Wikibold, que diariamente atrai no lixo três toneladas dos pães e bolos que fabrica, cinco dias antes de vencer o prazo de validade. "Ficamos indignados por não poder passar adiante um refúgio industrial de primeira qualidade, mas não podemos ter responsabilidade pelo que não está mais conosco", argumenta o diretor-executivo da empresa, Edilberto Wikibold. "O Brasil, país de famintos, taxa os alimentos em 35%, enquanto na Suíça a incidência de impostos é zero e aqui ao lado, no Uruguai, apenas 12%", protesta.

A remoção desses obstáculos depende da aprovação do projeto conhecido como "Estado do Bom Samaritano". Desde abril de 2001, ele está à espera de parecer favorável do relator da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado federal André Benassi (PSDB-SP). "É difícil, alegam que é inconstitucional. Estamos buscando uma nova redação que contorne os entraves", diz o autor do projeto de lei número 165, de 1997, o senador Lúcio Alcântara, (PSDB-CE). Ele propõe que o doador fique isento de responsabilidade, desde que não se caracterize que a causa do mal estar ou morte tenha sido o alimento doado.

O tema é polêmico. Até mesmo o dirigente de uma das entidades que mais combatem a fome no país pede cautela ao se analisar a questão. "Aqui eu não como e não devo servir para que outros comam", diz o coordenador da Ação da Cidadania, Maurício Andrade. Embora seja comum ver pessoas procurando comida no lixo pelas ruas das grandes cidades, diz ele, "nem todo alimento deve ser dado a quem não tem o que comer".

Levantamento da Ação da Cidadania revelou que, diariamente, cinco a dez refeições, em média, são jogadas no lixo por restaurantes. "São cerca de 100 mil estabelecimentos só no Rio de Janeiro, e quase 400 mil em São Paulo. Conheço pessoas que assumem o risco e distribuem a comida, mas antes precavemos nos organizar melhor", diz Andrade.

Entidades recolhem alimentos crus e os levam a asilos, orfanatos e outras instituições, que preparam as refeições para pessoas carentes. Além disso, o número de ações, permanentes ou eventuais, como a campanha "Natal sem Fome", vem crescendo nos últimos anos. "As iniciativas da sociedade civil e os próprios programas do governo têm enorme mérito, estimulam a solidariedade e colocam o tema em discussão, mas não resolvem o problema", adverte Martins, do Ipea. Neri, da FGV, concorda. "Precisamos de metas para redução da pobreza, da mesma forma que Banco Central e Ministério da Fazenda fazem com a inflação".

**Levantamento feito pelo instituto Ação da Cidadania revela que, diariamente, cada restaurante existente no país joga no lixo entre cinco e dez refeições, em média**

ou pela falta dela? Não sabemos exatamente porque oficialmente as pessoas não morrem de fome, os médicos colocam no atestado de óbito anemia, diarreia, entre outras doenças."

Após 18 dias viajando pelo país para avaliar a situação da fome, o relator especial para o Direito à Alimentação da Comissão de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas), Jean Ziegler, afirmou, domingo passado, que "o Brasil vive uma guerra social". Ao contrário de outras nações, onde simplesmente não há o que plantar, o território brasileiro é fértil e há alimentos, só que mal distribuídos, disse Ziegler. E foi mais longe, ao afirmar que, "para a ONU, 15 mil mortos por ano são indicador de guerra. Aqui, são 40 mil assassinatos por ano".

Uma pesquisa sobre a desnutrição infantil realizada por um grupo de 400 voluntários em São João de Meriti, município da Baixada Fluminense, chamou a atenção do comissário da ONU. O levantamento revelou que 7% das crianças do município estão gravemente desnutridas e outras 20% beira da desnutrição.

Os dados foram compilados e analisados pelo Instituto de Puericultura e Pediatría da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foram pesadas 5.930 crianças de zero a cinco anos — cerca de 12% da população dessa faixa etária. O índice de desnutrição no município é maior que a média brasileira, que atinge 5,7% da população e fica perto da média da região Norte — 7,7%. Das 391 crianças desnutridas avaliadas pela pesquisa feita em São João de Meriti, 314, ou seja, 80,3% não tinham acesso a nenhum programa assistencial. Das 1.162 crianças em risco nutricional, apenas 200 (17,2%)

